

Na confusão, até minuta velha foi divulgada

407

Entre os dez documentos oficiais liberados, um aumentava em R\$ 3 bilhões os gastos até o fim do ano

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — A trapalhada do governo na divulgação do pacote econômico foi tamanha que até minuta velha foi divulgada pelo Palácio do Planalto como se fosse decreto novo. Entre os dez documentos oficiais liberados para a imprensa na noite da segunda-feira, o Planalto incluiu erroneamente um que, na contramão da política de cortes, aumentaria em R\$ 3 bilhões os gastos previstos no Orçamento de 1997.

O decreto referia-se à programação orçamentária e financeira do Executivo de novembro até 31 de dezembro deste ano, só que havia sido preparado no cenário pré-crise nas bolsas.

“Ai, ai, ai...” — O decreto já estava na gráfica do *Diário Oficial* da União quando o Estado procurou o secretário-geral do Ministério do Planejamento, Marthus Tavares, para confirmar o aumento de gastos. “Vocês estão doidos, porque não saiu nenhum decreto sobre o Orçamento deste ano”, disse. Informado de que o documento havia sido divulgado pela Presidência da República às

22h30 de segunda-feira, Tavares foi então conferir a papelada. “Ai, ai, ai... Foi um erro de divulgação”, constatou o secretário.

Como só três medidas conseguiram chegar na gráfica a tempo de ser impressas no *Diário Oficial* de terça-feira, o Ministério do Planejamento conseguiu impedir que o decreto fosse publicado. Segundo Tavares, o que foi divulgado é uma “minuta antiga”, enviada pelo Planejamento à Casa Civil. Ainda de acordo com o secretário, a proposta espelhava o crescimento da arrecadação, antes da crise das bolsas e da alta dos juros.

Nesse quadro, as despesas com projetos e atividades chegariam em dezembro a R\$ 21,9 bilhões — acima dos R\$ 18,8 bilhões previstos no contingenciamento feito pelo governo em abril. Em relação à primeira proposta de contenção do governo, o Ministério do Planejamento — encarregado de administrar o programa Brasil em Ação — teria, proporcionalmente, o maior acréscimo de recursos. Sua verba passaria de R\$ 492 milhões para pouco mais de R\$ 1 bilhão.

Empecilho — Os Ministérios dos Transportes e da Educação tam-

bém ganhariam: R\$ 500 milhões e R\$ 400 milhões, respectivamente. A Saúde receberia R\$ 10,8 bilhões — R\$ 2,2 bilhões além do previsto na programação de abril. Só haveria um empecilho para que os R\$ 600 milhões prometidos pelo governo para as obras municipais dos parlamentares fossem pagos: o decreto prevê que só pode ser efetuada a despesa cuja execução seja viável até o fim do ano e

cujas liquidações ocorra até 31 de janeiro de 98.

O Ministério do Planejamento sustenta que nada disso vale, mas diz não ter condições de informar como fica o Orçamento deste ano. Na divul-

gação do pacote, a equipe econômica não fez referências aos cortes — estimados em até R\$ 2 bilhões — que teriam de ser feitos ainda em 97 para conter o déficit público.

A estratégia do governo é esperar o exercício financeiro de 97 chegar ao fim — faltam menos de 50 dias — sem editar um novo decreto sobre liberação de verbas. Ficaria valendo o de abril — que prevê corte de até R\$ 8 bilhões e permite ao Tesouro reduzir o montante das liberações bimestrais.

ATRASO
IMPEDIU QUE
TEXTO FOSSE
PUBLICADO